

IDEOLOGIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: A CBAI (1946/1962)

Luciane Quintanilha Falcão

Mestre em Educação,

Professora da Faculdade de Educação e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Luiz Antônio Cunha

Doutor em Educação,

Professor Titular da Faculdade de Educação e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

Este texto focaliza a Comissão Brasileira-Americana de Ensino Industrial-CBAI, instituição criada em 1946 e extinta em 1962. Sediada inicialmente no Rio de Janeiro e, a partir de 1957, em Curitiba, a Comissão traduziu livros e promoveu cursos de aperfeiçoamento para professores, no Brasil e nos EUA. A análise do *Boletim da CBAI* nos leva a recusar a explicação simplista a respeito da presença norte-americana na educação brasileira, como se resultasse de uma imposição de fora. O caso da CBAI mostra a receptividade e a busca da orientação americanista pelo governo brasileiro e pelos docentes da educação técnico-profissional.

Palavras-chave: Educação brasileira; Educação técnica; Assistência técnica internacional

IDEOLOGY, POLITICS AND EDUCATION: THE CBAI

(1946/62) ABSTRACT

This paper focuses the Brazilian-American Commission for Industrial Education-CBAI, institution founded in 1946 and extinct in 1962. Hosted initially in Rio de Janeiro and, since 1957, in Curitiba, the Commission translated books and promoted improvement courses for teachers in Brazil and in USA. The analysis of the *Boletim da CBAI* lead us to reject the simplistic explanation concerning the American influence in Brazilian education, as if it resulted of an external imposition. The case of CBAI shows the Brazilian Government's and technical-professional education teachers' receptiveness and the search for Americanist guidance.

Key words: Brazilian education; Technical education; International technical assistance

IDEOLOGIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: A CBAI (1946/1962)

Luciane Quintanilha Falcão

Luiz Antônio Cunha

O realinhamento da política externa, desde uma posição pró-Eixo para uma posição pró-Aliados, sob a liderança dos EUA, no período 1938/1940, teve repercussões sobre a educação profissional que se reformava no Brasil.

Com efeito, depois da tentativa frustrada de obter professores alemães, em 1936, e da contratação de professores suíços para as escolas industriais, em 1941/42, o Ministério da Educação voltou-se para os Estados Unidos como fonte de assistência técnica para esse importante ramo do ensino, estratégico para a política industrialista do Estado Novo.

Este texto apresenta o resultado de pesquisa sobre a criação, a atuação e a extinção da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial – CBAI. Nascida da iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, a CBAI só se efetivou em 1946, no ano seguinte ao da queda do Estado Novo, e prosperou durante a República Populista até quase seu fim.

Integrante da estrutura do Ministério da Educação e dirigida por um diretor de cada parte, sob predominância brasileira, a Comissão promoveu cursos, visitas técnicas e um amplo programa editorial, que atingiram, prioritariamente, diretores e professores das escolas industriais da rede federal. A CBAI foi extinta em 1962, por iniciativa do governo brasileiro, que transferiu suas atribuições para outro órgão do Ministério. Do lado norte-americano, suas funções foram absorvidas pela USAID, que centralizou a assistência técnica e financeira daquele país, inclusive na área educacional. O exame do material empírico disponível permite concluir que a Comissão foi um protagonista eficaz na constituição da rede federal de ensino industrial conforme os padrões educacionais escolanovistas. Ademais, foi um eficaz difusor de método de treinamento segundo os princípios do taylorismo, o TWI.

1 – A educação industrial em mudança

Raras foram as ocasiões em que houve, no Brasil, tamanha sintonia entre a ideologia oficial, a política econômica e a política educacional quanto no Estado Novo. De 1942 a 1945, a política educacional erigiu uma arquitetura educacional onde ficava marcante a homologia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, entre o ensino secundário (em consequência, o ensino superior), destinado às “elites condutoras” e os ramos profissionais do ensino médio, destinados às “classes menos favorecidas”.

A “lei” orgânica do ensino industrial (decreto-lei 4.078, de 30 de janeiro de 1942) resultou de uma composição entre duas correntes que disputavam a hegemonia na formação da força de trabalho para o que viria a ser o setor dinâmico da economia por pelo menos quatro décadas. Para a preparação de operários e técnicos para a indústria de base em implantação e, mais tarde, para a fabricação de bens duráveis, a maioria da burocracia ministerial preferia a opção “francesa”, isto é, a escolarização tradicional em escolas profissionais, dirigida pelo Estado; já parte dessa burocracia, em aliança com os industriais, preferia a opção “alemã” da formação dual, isto é, a aprendizagem no trabalho em alternância com a escolarização, dirigida pelo empresariado.

Na composição final, arbitrada por Vargas, ambas as opções foram contempladas. O ramo industrial do ensino médio foi dividido em dois ciclos – o 1^o. para a formação de operários, e o 2^o, para a formação de técnicos. Para o 1^o., escolas industriais; para o 2^o., escolas técnicas. Paralelamente ao 1^o. ciclo, mas não articulado com ele, a aprendizagem profissional, para trabalhadores menores assalariados, consistiria em alternar trabalho e estudo. Este seria desenvolvido em centros de formação profissional financiados pelas empresas e por elas controlados, sob supervisão estatal: era a área de atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Concebido no contexto da “lei” orgânica do ensino industrial como um apêndice das escolas industriais, o SENAI passou, depois de duas décadas, a ocupar uma posição predominante no que se refere à formação de operários qualificados. Ao demonstrar, pelo seu próprio funcionamento, a inadequação das escolas industriais (1^o ciclo), o sucesso do SENAI produziu duas consequências da maior importância. *Primeiro*, reforçou a orientação dos educadores liberais no sentido de

transformar o currículo da escola industrial, tendendo a fundi-la com a escola secundária. *Segundo*, passou a ocupar exatamente o mesmo lugar previsto pela "lei" orgânica para a escola industrial, com as vantagens operativas da flexibilidade curricular e da relativa autonomia diante da pesada máquina burocrática do Ministério da Educação.

Se o fim da década de 50 encontrou as escolas industriais no ponto mais baixo do seu prestígio, não se pode dizer que a situação do SENAI estivesse isenta de problemas, por encontrar dificuldade em responder às demandas, de grandes dimensões e bastante diversificadas, geradas pelo novo surto de industrialização, no auge do processo de substituição de importações. É dessa época o aparecimento das iniciativas de introdução do método TWI (*training within industry* = treinamento em serviço).

Ao fim do Governo Kubitschek, a lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, de iniciativa do Ministério da Educação, e o decreto que a regulamentou, 47.038, de 16 de outubro do mesmo ano, introduziram modificações importantes nas escolas da rede federal, mas permitiu às mantidas pelos estados, pelos municípios e por particulares continuarem seguindo a "lei" orgânica de 1942, bem como as normas estaduais e municipais. Entretanto, o novo regulamento tinha um apelo irresistível a todas: os certificados só poderiam ser registrados no Ministério da Educação se as escolas estivessem adaptadas às novas normas.

No que dizia respeito ao curso básico industrial, verificou-se uma mudança completa de objetivos. De "destinado ao ensino, de modo completo, de um ofício que requeira a mais longa formação profissional" ("lei" orgânica), passou a ser um "curso com as características de curso secundário do 1^o. ciclo e com orientação técnica". Deixou de ser um curso com várias especialidades, para se tornar um único curso não especializado.

Enquanto a "lei" orgânica determinava que o curso básico formasse operários qualificados e, em segundo plano, candidatos aos cursos técnicos, a nova legislação manteve a formação profissional no 2^o ciclo (a nível técnico), enquanto os cursos de aprendizagem permaneceram com aquela função específica. Com isso, deixaram de existir as superposições de funções dos dois tipos de curso.

De um modo geral, a legislação de 1959 fez com que o curso industrial perdesse o seu caráter profissional e o curso de aprendizagem fosse reconhecido como o único adequado à formação de operários qualificados, perdendo a posição subordinada que lhe era atribuída pela "lei" orgânica. Tinha início o reconhecimento da hegemonia do SENAI na formação profissional de operários.

Novas mudanças na legislação aprofundaram esse realinhamento. O decreto 50.492, de 25 de abril de 1961, completou a lei de 1959, trazendo como principais inovações a significativa mudança na denominação do curso industrial para *ginásio industrial*; a especificação do número de horas

dedicadas à prática de oficina (6 a 12) no total do tempo semanal de atividades educativas (33 a 44 horas); previa, também, a possibilidade dos estabelecimentos de ensino secundário transformarem seus cursos em ginásios industriais.

Nesse processo de “secundarização” do ensino industrial, o Ministério da Educação desempenhou um papel ativo. (Cunha, 2000, cap. 4) De 1961 a 1965, a Diretoria do Ensino Secundário fez sucessivos projetos de ginásios denominados "modernos", "orientados para trabalho" e "polivalentes", inspirados nas escolas técnicas secundárias do Distrito Federal de 1932/35, sob a direção de Anísio Teixeira. Só que, agora, a referência direta à educação norte-americana, sem as menções socialistas, propiciava mais amplo apelo simbólico e garantia de financiamento internacional. Se os nomes diferiam, sua estrutura curricular era praticamente a mesma.

Nas duas primeiras séries predominavam as disciplinas de caráter exclusivamente geral, ao lado de disciplinas vocacionais, destinadas apenas a sondar aptidões: artes industriais ou técnicas agrícolas, conforme a economia da região onde cada estabelecimento de ensino se localizasse. Nas duas últimas séries aumentava a carga horária destinada às disciplinas vocacionais. Os alunos, orientados, escolheriam uma das seguintes áreas: artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais, educação para o lar, ou o aprofundamento dos estudos gerais. Essas disciplinas vocacionais teriam o objetivo de continuar a sondagem de aptidões, de modo mais aprofundado, a fim de basear a escolha de cursos propriamente profissionais ou cursos gerais, no 2º ciclo, caso os alunos prosseguissem seus estudos; caso contrário, facilitariam seu rápido treinamento numa ocupação específica, já em serviço.

A necessidade de um novo tipo de ginásio encontrava justificativa mais em termos político- ideológicos do que econômico-ocupacionais ou psicopedagógicos. Era comum encontrar-se, nos textos que procuravam legitimá-lo, o apelo à experiência norte-americana como fonte de inspiração. Nos Estados Unidos existiria como postulado político a idéia de que o caráter democrático da sociedade é função da sua capacidade de oferecer a todas as crianças, independentemente de origem social, iguais oportunidades para o desenvolvimento de suas potencialidades. Para isso, desenvolvia-se, naquele país, uma escola secundária única, mas de

currículo diversificado, de acordo com as diferentes opções vocacionais oferecidas em cada estabelecimento de ensino.

O alinhamento ideológico prevalecente entre os educadores facilitou o financiamento da *United Agency for International Development* - USAID para os programas do MEC de reforma do ensino ginásial, mais intensamente após o golpe de 1964. Em 1965 foi assinado um convênio entre essas entidades, pelo qual a agência norte-americana se comprometia a contratar nos EUA um certo número de técnicos para, junto a igual número de brasileiros, formarem a Equipe de Planejamento

do Ensino Médio – EPEM, do Ministério. Essa equipe prestaria, então, assistência técnica aos sistemas estaduais de educação, na medida das solicitações.

Dois anos depois, estava pronto um plano para a construção de 276 *ginásios orientados para o trabalho* em quatro estados (Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo) e de um ginásio-modelo nas capitais de 18 estados e no Distrito Federal. Em 1968, foi realizado outro convênio entre o MEC e a USAID prevendo a alocação de recursos externos para a realização do plano. Para complementá-lo e supervisionar a sua execução foi criado no mesmo ano o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN, que se responsabilizaria, também, pelo treinamento e aperfeiçoamento de professores para as disciplinas vocacionais.

2 – Da Europa aos EUA

As primeiras iniciativas do Ministério da Educação para apoiar as escolas profissionais com docentes estrangeiros dirigiram-se à Europa. Dentre elas, destaca-se a contratação de 29 técnicos suíços, que chegaram ao Rio de Janeiro em 1942 e foram distribuídos às escolas industriais e técnicas federais,¹ situadas em geral nas capitais dos estados.

Para Celso Suckow da Fonseca (1961), a inflexão rumo aos EUA ocorreu em 1943, quando

da I Conferência Interamericana de Ministros e Diretores de Educação, em Havana, após o que o Ministro Capanema iniciara gestões para a vinda de uma missão norte-americana para assistência técnica à educação industrial brasileira.²

¹ A nomenclatura inaugurada pela “lei” orgânica do ensino industrial distinguia as escolas industriais das escolas técnicas industriais. As primeiras só ofereciam o 1o. ciclo desse ramo do ensino médio, enquanto que as outras, o 2o. ou ambos os ciclos.

² Esse autor revela uma idéia “reconfortante” da educação industrial no Brasil, já que muitas das recomendações contidas no termo firmado pelos participantes da reunião já estavam aqui incorporadas. Cumpre retificar o local da reunião aludida, que foi no Panamá, não em Havana.

Mas, o exame da correspondência do Ministro no arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV/CPDOC, mostrou uma situação distinta. Com efeito, localizamos carta do embaixador Carlos Martins, em Washington, de 20 de agosto de 1941, no mesmo mês em que foi formada uma Comissão Militar Mista Brasil-EUA, culminância da reorientação anti-Eixo do governo Vargas, que revela a existência de demanda expressa, pelo Ministério, de técnicos norte-americanos para lecionarem no Brasil. A carta do embaixador anexa cópia de carta de dirigente da Comissão Comercial e Financeira do Conselho de Defesa Nacional dos EUA, dando conta de que havia recebido “um considerável número de *applications*”, que lhe pareceram corresponder às demandas do Ministério da Educação do Brasil.

No primeiro trimestre de 1942, Roberto Mange surgiu na cena norte-americana. Esse destacado e veterano dirigente de instituição brasileira de educação industrial foi enviado pelo Ministério da Educação aos EUA para desenvolver negociações com o Coordenador de Assuntos Inter-Americanos do Departamento de Estado.³ O relato de Mange ao Ministro Capanema revela o interesse do dirigente norte-americano em “promover urgentes entendimentos para que, com o auxílio dos Estados Unidos, possa ser posto em prática um novo plano visando a preparação técnica, rápida e em larga escala, de mão de obra destinada à defesa de guerra.” Para a realização de tal plano, o Coordenador estaria disposto a fornecer “importante auxílio em materiais de instrução e instrutores especializados, e a proporcionar, se convier, estágios de treino especializado a instrutores nacionais.” As áreas de atuação do plano estabelecidas pelas conversações de Mange com o interlocutor norte-americano foram as seguintes: construção naval (particularmente casco de madeira), siderurgia, fabricação de armamentos (principalmente munições) e aeronáutica (visando reparação e conservação).

Mange sugeriu a montagem de uma comissão formada de membros do Ministério da Educação e de “representantes de cada um dos setores mencionados”. Ao invés desses vagos representantes, quem se manifestou foi o Ministro da Guerra Eurico Dutra. Em carta de 18 de junho de 1942, ele indicou um tenente-coronel seu representante, e lamentou que a iniciativa de

³ Engenheiro suíço de nascimento, contratado para lecionar na Escola Politécnica de São Paulo (depois, USP), Roberto Mange introduziu no Liceu de Artes e Ofícios paulista as séries metódicas de aprendizagem, que viriam se generalizar no SENAI, entidade da qual foi o primeiro diretor do Departamento Regional de São Paulo. Em 1941 Mange foi enviado a seu país natal para a seleção dos técnicos candidatos a lecionarem nas escolas industriais brasileiras.

Capanema/Mange não tivesse sido precedida de entendimentos com o Ministério da Guerra. Não se privou, contudo, de qualificar a oferta norte-americana de “muito vaga”, razão pela qual dificilmente se poderia “propor qualquer coisa de concreto”.

Uma semana depois, Mange apresentou ao Ministro plano de Cursos de Treinamento para Defesa de Guerra, que seria apresentado ao Coordenador de Assuntos Inter-Americanos dos EUA. A comissão que havia sugerido estava constituída de oficiais das três armas, especializados nas respectivas áreas, e de Euvaldo Lodi, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que responderia pela área de siderurgia. A carta elenca as especialidades dos 36 instrutores requeridos, assim como de material didático não especificado, inclusive com “demonstração cinematográfica dos processos de trabalho”.

O plano não foi implementado. Talvez a soma da resistência do Ministério da Guerra com o sucesso de outra atividade de Roberto Mange, o SENAI, tenha protelado sua efetivação.

Mas Mange não perdeu tempo. Enquanto negociava o acordo frustrado, contratou, em nome do Governo Brasileiro, alguns profissionais nos EUA. Em maio de 1942, oito técnicos norte-americanos chegaram ao Brasil, quatro meses após o desembarque dos suíços. Depois dos oito, vieram mais quatro, que não chegaram a atuar no ensino, devido a suas qualificações, distintas das requeridas. Os oito primeiros eram especialistas em fundição, eletroquímica, armaria, marcenaria, orientação profissional (dois deles), viticultura e pomicultura. A correspondência do Ministro Capanema revela que eles sofreram no aprendizado da língua portuguesa, receberam salários em atraso e tiveram dificuldade de entrosamento na Escola Técnica Nacional. Um deles, o armeiro, rescindiu o contrato e retornou aos EUA, motivado, também, por doença da esposa. Os técnicos com especialidades agrícolas foram encaminhados ao Ministério correspondente. Os remanescentes foram levados a organizar grupos de aprendizado em fábricas do Rio de Janeiro, para trabalhadores já empregados na indústria, de modo que “classes sejam organizadas para rapazes mais velhos, melhor preparados física e mentalmente que os atuais estudantes da Escola.”⁴ Quando essa decisão foi tomada, o SENAI estava justamente sendo organizado, portanto não é descabido pensar que os cinco norte-americanos possam ter desempenhado algum papel nos cursos de aprendizagem, embora nenhum registro tenha sido encontrado sobre sua passagem pela instituição.

⁴ Fotograma 460 do rolo 3 do Arquivo Capanema do CPDOC: nota datilografada sobre a conversação entre autoridades educacionais brasileiras e norte-americanas, em 12 de junho de 1943.

Enquanto três dezenas de técnicos suíços e alguns norte-americanos atuavam na educação profissional, definia-se outro formato na cooperação, que se concretizou depois do fim da guerra – a CBAI.

3 – O aparato da cooperação

Em 14 de abril de 1945, o Ministro Capanema escreveu ao Presidente Vargas (seis meses antes de sua deposição) comunicando-lhe que o Coordenador de Assuntos Inter-Americanos havia oficiado o governo brasileiro de que o aparelho (sic) do governo norte-americano para a cooperação era a *Inter-American Educational Foundation, Inc.* Disse o Ministro Capanema que a proposta norte-americana para a cooperação com o Brasil, no campo educacional, estaria concentrada no ensino profissional.

É possível que Vargas tenha dado aval para o acordo que se desenhava, já que ele foi assinado em 3 de janeiro de 1946, pelo governo provisório, pouco mais de dois meses após sua deposição.⁵

Com dois anos de prazo, o acordo previa que a parte norte-americana depositaria num fundo comum 250 mil dólares e a parte brasileira, o dobro disso. Houve documentos adicionais, como o Acordo Básico, em 1951, e termos aditivos em 1948 e 1961, de modo a cobrir todo o período 1946/1963. Todos eles previam aportes adicionais de recursos.

Em seguida, apresentamos o Acordo Básico, documento que dá o panorama mais geral da CBAI.

Firmado em 14 de outubro de 1950 e aprovado pelo decreto legislativo no. 1, de 1951, do Senado Federal, o Acordo Básico indica a parte norte-americana como sendo The Institute of Inter-American Affairs, repartição cooperativa do Governo dos EUA, sucessora da Inter-American Educational Foundation, Inc. Pelo lado brasileiro, assinaram o Acordo o Ministro da Educação Pedro Calmon Moniz de Bittencourt; pelo lado norte-americano, o chefe interino da Delegação Americana *Education Division* (sic), M. Clarke Reed.

⁵ A parte brasileira foi representada pelo Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha e a norte-americana, por Kenneth Holland, representante da *Inter-American Educational Foundation* no país.

O programa de cooperação deveria prever:

a) a cessão, por parte do Instituto, de um corpo de especialistas para colaborar na realização do programa;

b) o planejamento e realização de atividades referentes

a:

- estudos e pesquisas relativos às atividades educacionais do Brasil, especialmente no que diz respeito à educação profissional e aos recursos para atender a essas necessidades, bem como a formulação, administração e adaptação contínua de um programa adequado para facilitar a satisfação de tais necessidades;

- meios que permitam a administradores, educadores e técnicos brasileiros irem aos Estados Unidos da América, com o fim de estudar, proferir conferências, lecionar e permutar idéias e experiências com administradores, educadores e técnicos daquele país;

- realização de programas de treinamento de professores e técnicos do ensino industrial;

- seleção e orientação educacional e profissional nas escolas de ensino industrial; e

- adequação de equipamento, preparação de material de ensino e de auxílios didáticos, bem como prestação de serviços bibliotecômicos (sic).

c) a utilização de quaisquer outros processos e meios considerados, por ambas as partes, convenientes à realização deste programa de cooperação educacional.

Os projetos a serem elaborados em decorrência do Acordo deveriam beneficiar, sempre que possível (sic), as instituições federais e estaduais, assim como outras instituições brasileiras. O texto não deixa dúvida quanto ao lugar secundário ocupado, na destinação das atividades, a instituições do setor privado, especialmente o SENAI.

A CBAI teria uma Superintendência, ocupada pelo Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação. Todas as decisões seriam tomadas por ele, em comum acordo com o “Representante Norte-Americano junto à CBAI”. Os especialistas norte-americanos seriam escolhidos de acordo com o entendimento unilateral do *Instituto*, mas deveriam ser *personae gratae* do Ministro da Educação. Já a seleção do pessoal brasileiro a ser mandado aos EUA dependeria de acordo escrito entre os dois dirigentes. Os privilégios do lado norte-americano eram claramente reconhecidos no Acordo, que, para isso, tinha uma cláusula própria:

“As partes contratantes declaram reconhecer que o Instituto, sendo uma repartição corporativa dos Estados Unidos da América, de propriedade integral do Governo

dos Estados Unidos da América, e por este totalmente dirigida e controlada, está intitulada a participar no inteiro dos privilégios e imunidades desfrutadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, inclusive da imunidade de ser processado nos tribunais do Brasil.”

Na prática, a direção da CBAI foi predominantemente exercida pelo lado brasileiro, não só pela regularidade dos mandatos do Superintendente, em geral de dois anos, como, também, pela qualidade profissional dos seus ocupantes. A listagem abaixo apresenta os nomes dos Superintendentes e seus mandatos, conforme divulgado no *Boletim da CBAI*, 1947 a 1962:

Francisco Montojos - janeiro 1947 a julho 1949

Ítalo Bologna - julho 1949 a março 1951

Solón N. de S. Guimarães - março 1951 a junho 1953

Flávio P. Sampaio - julho 1953 a agosto 1955

Carlos Pasquale (interino) - agosto 1955 a dezembro 1955

Francisco Montojos - dezembro 1955 a fevereiro 1961

Arnaldo Hildebrand - fevereiro 1961 a novembro 1962

O primeiro deles, Francisco Montojos foi um importante dirigente do ensino industrial, tendo ocupado diversos cargos no Ministério da Educação, assim como dois mandatos na CBAI. Ítalo Bologna, oriundo do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, de São Paulo, dirigente do SENAI naquele estado e no Departamento Nacional, foi um dos mais influentes dirigentes do setor.

Contrastando com os dois engenheiros anteriores, Solón Nelson de Sousa Guimarães, que acrescentava a essa formação a vivência no ensino normal baiano, exerceu uma atividade mais propriamente pedagógica. Flávio Penteado Sampaio, oriundo da destacada Escola Técnica Getúlio Vargas, da rede estadual paulista, e professor da Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, deu à CBAI um tom predominantemente gestor e empresarial. Armando Hildebrand, quadro da Diretoria, desde a década de 40, ocupou também a Divisão de Ensino Secundário, do Ministério da Educação. Nesta dupla condição, foi um dos principais artífices tanto da “secundarização” do ensino profissional, quanto da experimentação que levou aos ginásios orientados para o trabalho.

Já o lado norte-americano foi marcado por contínuas substituições e vacâncias, como se verifica na listagem abaixo, montada a partir do *Boletim da CBAI*, 1947 a 1961.

John G. Griffing - janeiro 1947 a fevereiro 1947

George S. Sanders – interino
Lloyd A. Lezotte - dezembro 1947 a julho 1948
George S. Sanders - julho 1948 a março 1949
Edward W. Sheridan - abril 1949 a março 1953
Eldridge R. Plowden – interino
Edward W. Sheridan - janeiro 1956
Paul C. Parker - fevereiro 1956 a fevereiro 1957
George S. Sanders - fevereiro 1957 a julho 1957
Thomas A. Hart - julho 1957 a ? 1959

Em 1958, além da sede do Rio de Janeiro, a CBAI atuou no Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, criado junto à Escola Técnica Federal do Paraná, em Curitiba. Também aí, a direção era exercida paritariamente por um diretor brasileiro – o diretor da escola técnica – e um diretor norte-americano, indicado pelo *Instituto*, via CBAI. A direção brasileira foi ocupada por Lauro Wilhem em todo o período da Comissão, e o norte-americano, por três pessoas: Robert S. Hoole (1959/59), L. John Lipney ((1959/60) e Alton D. Hill (1960/61). No biênio 1961/62, o lado norte-americano da direção ficou vago.

Fonseca (1961) atribui a montagem da sede paranaense da CBAI ao propósito de evitar as implicações burocráticas inerentes a sua inserção no Ministério da Educação. O fato de estar junto a uma das escolas técnicas industriais, ainda que federal, lhe daria uma “feição mais técnico- pedagógica”.

Foram, então, três os locais de atuação permanente da CBAI: a sede, no Rio de Janeiro, no Ministério da Educação; a sub-sede em Curitiba, na Escola Técnica Federal do Paraná; e em São Paulo, a sub-sede junto à Secretaria Estadual do Trabalho, centro de irradiação do método TWI.

4 – A atuação da CBAI

Passamos a apresentar as principais atividades da Comissão, agrupadas em quatro itens, a saber: coordenação e difusão; cursos; publicações; e pedagogia e ideologia.

4.1 – Coordenação e difusão

A reunião dos diretores das escolas da rede federal de ensino industrial foi a primeira e mais persistente atuação da CBAI. Reunidos, em geral, no Rio de Janeiro, os diretores assistiam a palestras de educadores norte-americanos e brasileiros, sobre temas administrativos e pedagógicos, de modo que a legislação pertinente a todas as unidades da rede federal fosse reforçada pela homogeneização do escalão intermediário, justamente seus intérpretes e executores em todos os países. Essa atividade, combinada com as que serão comentadas abaixo, convergiram na montagem de um verdadeiro sistema de ensino, algo sem precedentes na história da educação no Brasil.

Em cada uma dessas reuniões, aspectos ligados à gestão das escolas eram abordados sistematicamente, a exemplo da supervisão do ensino, da orientação profissional e do levantamento das necessidades de qualificação da força de trabalho em cada local.

4.2 – *Cursos*

A atuação da CBAI teve grande alcance. Já em 1947 promoveu viagens de estudos de professores do ensino industrial brasileiro aos EUA. Seleccionados 12 participantes, eles foram reunidos na Escola Técnica Nacional, no Rio de Janeiro, onde participaram de um curso, introdutório mas intensivo, com o objetivo de revisão dos conhecimentos técnicos, assim como do estudo da língua inglesa e da vida econômica e social do Brasil e dos EUA. A segunda parte, de um ano de duração, nos EUA, constou de um estágio de seis meses em escolas profissionais, seguidos de três meses na indústria, nas respectivas especialidades. Os três meses finais foram dedicados a um curso especialmente organizado para eles no *Pennsylvania State College*.

Os diretores das escolas da rede federal foram também convocados para cursos nos EUA. Parte deles seguiu logo em 1947, parte no ano seguinte. No mesmo *college*, eles seguiram um curso de três meses, cujo currículo tinha o seguinte conteúdo: análise do trabalho, organização e planejamento de cursos, metodologia do ensino, organização e direção de oficinas, objetivos e organização do ensino industrial, administração do ensino industrial, supervisão do ensino industrial, métodos de pesquisa.

Depois desse esforço inicial, a promoção de viagens aos EUA restringiu-se a pessoas ou grupos menores, passando a difusão a ser feita aqui mesmo no Brasil, com pessoal norte-americano e brasileiro lá treinado. Foi a vez dos cursos de férias, cada um focalizando certas

especialidades industriais e artesanais tradicionais. Como exemplo, vão listadas as especialidades oferecidas nos cursos de férias de dois deles, o de 1948 e o de 1956.

Curso de férias de 1948

número de participantes: 95

locais: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife

especialidades oferecidas: encadernação e mecânica de máquinas

Curso de férias de 1956

número de participantes: 112

local: São José dos Campos (SP)

especialidades oferecidas: alfaiataria, artes do couro, artes gráficas, bordados e rendas, marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria.

Os cursos organizados pela sede da CBAI no Rio de Janeiro misturavam especialidades artesanais e industriais. Já os cursos oferecidos em Curitiba tinham um caráter propriamente industrial, não se encontrando nenhuma especialidade artesanal em seu repertório, a não ser o rádio, pois se tratava, principalmente, de montagem e manutenção – um artesanato moderno, portanto. Já a eletricidade era a principal novidade, quando se comparam as ofertas provindas da sede federal com a paranaense.

Os cursos de férias eram bastante práticos, como se pode depreender de um dos programas: análise do trabalho e sua importância na organização de programas e processos de ensino; orientação do ensino nas oficinas; aperfeiçoamento e controle do trabalho dos professores; matrícula e frequência escolar; organização de turmas e horários; rendimento escolar e sua medida; normas de organização do ensino industrial e análise dos programas vigentes; problemas de administração geral da escola.

Em 1954 foi fundada a Associação Nacional dos Professores do Ensino Industrial - ANPEI, propiciada pelas reuniões promovidas pela CBAI em todo o país.⁶ Essa ação para dentro do setor educacional tinha seu correspondente para fora dele, já que o conhecimento do mercado de trabalho, com vistas a um bom entrosamento da escola com a indústria local era um tema presente em todas as reuniões de professores e diretores.

O contraponto dos cursos de férias eram os cursos itinerantes, oferecidos em várias

⁶ A propósito, matéria publicada no *Boletim da CBAI* (vol. VIII, no. 2, fevereiro 1954) vangloriava-se dessa função derivada dos cursos.

localidades, com a finalidade de treinar professores de oficina em técnicas de ensino. Cada curso tinha cinco sessões de duas horas cada, e era dedicado apenas aos aspectos práticos, sendo ministrados nas próprias escolas onde os professores trabalhavam, assim como em grandes empresas industriais, a exemplo da Gillette, da Cigarros Souza Cruz e da Phillips.

4.3 – Publicações

A CBAI publicou um Boletim e 124 livros e folhetos.

O *Boletim da CBAI* foi instrumento de atuação mais contínua e de mais amplo alcance da Comissão. Com periodicidade variável, de janeiro de 1947 a junho de 1961, foram publicados 150 números. No período de 1957 a 1961 o *Boletim* perdeu regularidade, sendo produzidos somente 30 números.

O *Boletim* passou por duas fases. A primeira correspondeu ao período em que a sede da entidade funcionava exclusivamente no Rio de Janeiro, ou seja, de 1947 a 1957; a segunda, de 1958 a 1961, quando a publicação ficou sob a responsabilidade do recém-criado Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores para o Ensino Industrial, em Curitiba, na sub-sede da CBAI nessa cidade. Legislação federal do ensino, cultura técnica,⁷ administração escolar,⁸ notícias do Ministério e notícias das escolas técnicas da rede federal compunham as matérias recorrentes no *Boletim*. Nele colaboravam brasileiros e norte-americanos, aqueles em maioria. Vale mencionar a presença de artigos de alguns dos técnicos suíços que vieram ao Brasil em 1942 e de algumas das figuras mais destacadas da educação brasileira, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, João Roberto Moreira e Luiz Alves de Matos, que abordavam temas de maior amplitude. Os colaboradores estrangeiros limitavam-se aos temas de cultura técnica.

Os livros e folhetos foram organizados em séries pela própria entidade: 11 de cultura geral; 22 de educação industrial; 28 de cultura técnica; 19 de didática para oficina. Um total de 44 títulos foram publicados fora de série. Classificados como cultura geral estavam livros de autores brasileiros sobre Geografia, Português e Matemática, para serem empregados nas escolas industriais.

⁷ Os temas abordados referiam-se a ilustração como auxiliar do ensino; o professor como instrutor de professores; segurança da oficina escolar; séries metódicas de aprendizagem; conservação de máquinas e ferramentas.

⁸ As matérias diziam respeito a: organização de horários e turmas; composição de alunos por turma, por professor; capacidade das oficinas e salas de aula; planejamento e segurança na oficina escolar; normas de registro de frequência dos alunos.

A distinção entre educação industrial e cultura técnica é difícil de se perceber, pelos títulos. É possível assinalar, todavia, a presença majoritária nelas de autores estrangeiros, pois a maioria dos livros consistiu de textos traduzidos. Autores brasileiros estão presentes, inclusive um que apresentou profícua produção, Nair Maria Becker, com quatro títulos sobre corte e costura e ofícios similares. Na série cultura técnica, essa autora está presente com mais quatro títulos e outros sete na de didática para oficina. Fany Tchaicovski, também brasileira, teve trabalhos publicados sobre orientação educacional e profissional. O técnico de origem suíça Alfonso Martignoni, funcionário do Ministério lotado na CBAI por um período, teve seis títulos publicados sobre sua especialidade, a eletrotécnica. Num exame sumário, a maior contribuição dos autores estrangeiros foi sobre mecânica, administração e pedagogia do ensino industrial.

Entre os títulos publicados pela CBAI encontram-se folhetos com material de divulgação produzido pelo Ministério da Educação, como apresentações em mesas redondas e leis, inclusive sua tradução para o inglês, provavelmente para divulgação nos EUA. Encontram-se neste caso *Organic Law of Industrial Education* (1950) e *The Vocational Survey of Sergipe* (1951).

4.4 – Pedagogia e ideologia

O exame do *Boletim* permite conhecer alguns elementos da ideologia difundida pela CBAI, em sua dimensão mais explícita.

O editorial do primeiro número do *Boletim*, de janeiro de 1947, produzido ainda na inércia da guerra que acabara havia menos de dois anos, perguntava-se por que os EUA estariam interessados no desenvolvimento de ensino industrial no Brasil. E respondia, com um texto evidentemente escrito por um dos membros norte-americanos da Comissão:

“Desde 1940, como uma fase de cooperação com um aliado indispensável na luta mundial para conseguir e manter a liberdade, representantes dos EUA têm trabalhado em conjunto com líderes brasileiros e de outras nações latino-americanas no desenvolvimento de diversos aspectos do ensino, principalmente os que se referem à saúde, eficiência da produção e bem estar dos povos. Agora, no período de após-guerra, a Inter-American Educational Foundation, Inc., uma agência do governo dos EUA mantém programas de cooperação com o governo brasileiro em espécies de ensino que estão ligadas à base econômica do país. O ensino agrícola tem em vista o aumento da produção de alimentos;⁹ o industrial, a expansão de

⁹ Referência ao acordo de 1945 entre a *Inter-American Educational Foundation* e Ministério da Agricultura.

fábricas, e ambos visam um padrão de vida mais elevado. Os EUA reconhecem o princípio básico de que, quanto maior for a produção de alimentos e de artigos manufaturados pelo Brasil, maior será a sua força na defesa do hemisfério e seu valor como comprador dos produtos dos EUA em tempo de paz. É vantajoso para os EUA que a sua `nação irmã', abaixo do Equador, faça o maior progresso em produção, industrialização, prosperidade e padrão de vida.”

O conteúdo claramente alinhado com os termos do Programa Ponto IV do Presidente Truman, está orientado já para a cooperação entendida como elemento da competição com o bloco socialista, liderado pela URSS, ex-aliada na luta contra o Eixo. Para o Brasil, nada mais haveria do que continuidade.

No entanto, o norte-americanismo ostensivo era evitado nos editoriais. Às vezes escapava algo como a evocação do *independence day* (4 de julho), em 1960. Prevalciam as datas cívicas brasileiras, como os dias de Tiradentes, da independência, da proclamação da república e da bandeira, assim como o dia do trabalho e do professor.

De um modo geral, o *Boletim* difundia a ideologia do industrialismo, em sua forma mais ingênua, isto é, de sua importância para o desenvolvimento do país. A *máquina* era entendida como “força revolucionária e organizadora do mundo moderno”, numa recorrente alusão a um saint-simonianismo tropical.

O trinômio “educação e trabalho” e “educação e democracia”, “educação e missão religiosa” eram articulados num amálgama entre as vertentes ideológicas puritanas, que os norte-americanos traziam, com as idéias católicas mais tradicionais presentes no campo educacional brasileiro.

Assim é que o processo educacional era frequentemente associado a passagens evangélicas. A evocação dos “valores cristãos” servia de comprovação do papel especial do professor na sociedade, no qual a dimensão do trabalhador ficava obscurecida pela dedicação desse “homem do povo e para o povo, sem distinção de classes ou prerrogativas”. Por ocasião do 1^o de maio, os editoriais eram prolíficos em juízos sobre a solidariedade social implícita nas relações entre os trabalhadores, as empresas e a nação. A escola – a industrial, especialmente – teria um papel estratégico na conciliação desses interesses, “sem detrimento de nenhuma das partes”.

Contrastando com a celebração do industrialismo, a figura do professor era evocada segundo a imagem tradicional do abnegado e do missionário. Neste sentido, um editorial

de 1960 mencionava o professor como “criatura que afastou de si a vontade de aparecer, para se consagrar, obscuramente, à obra excelsa de cultivar inteligências e formar caracteres”.

No que diz respeito diretamente ao campo educacional, os editoriais expressavam o otimismo pedagógico, numa versão tardia da ideologia assinalada por Jorge Nagle (1976) na Primeira República, o que pode ser identificado aos ditames da Escola Nova entre nós. Antes de tudo, o cuidado com a formação de professores. Ao contrário do que sempre prevaleceu na educação brasileira, a CBAI teria como preocupação fundamental a preparação de um corpo docente sem improvisação. A evocação dos nove anos de aniversário da Faculdade Nacional da Filosofia, da Universidade do Brasil, em 1948, representou a identificação dos propósitos: a formação de professores para o ensino secundário e para o ensino industrial. Neste caso, notava-se um lamento implícito, pois se o esforço da Comissão incidia sobre a qualificação dos docentes que se encontravam em atividade, ainda não haviam sido ativados os cursos pedagógicos previstos pela “lei” orgânica do ensino industrial para o 2^o. ciclo do ensino industrial, de onde saíam os docentes para as matérias de oficina para os dois ciclos.

Não é descabido pensar que as dificuldades de se formarem professores, principalmente para o 1^o. ciclo, percebido tão proximamente pelos membros da Comissão, tenha sido um elemento a mais para que ela tenha se orientado para reforçar os protagonistas do esvaziamento do conteúdo propriamente profissional desse ciclo do ensino industrial, ou seja, em prol de sua “secundarização”.

O mito fundador de Nilo Peçanha foi reiterado pelo *Boletim* em numerosas oportunidades. Com efeito, as 19 escolas de aprendizes artífices criadas em 1909 foram a base física e institucional das atuais escolas técnicas industriais, o que não se deixava de lembrar. Nesse sentido, a celebração do cinquentenário de fundação do ensino industrial, realizado em Volta Redonda (haveria lugar melhor para isso?), à qual compareceram dezenas de autoridades, foi evocada em editorial de setembro de 1959, assinado por Francisco Montojos. Os três momentos marcantes da história do ensino industrial foram aí identificados: a criação, em 1909; a “lei” orgânica de 1942; e a lei 3.552 daquele ano.

Essa lei foi objeto de reiterados elogios no *Boletim*, que convocou os professores a lhe dedicarem “magnífica esperança”. Com efeito, ela ia ao encontro do que os dirigentes da rede federal de ensino industrial e os assessores norte-americanos há muito defendiam como essencial para seu desenvolvimento: a valorização da base de cultura geral para a formação

profissional e a autonomia das escolas técnicas. Antecipando de dois anos a LDB, as escolas técnicas industriais ficaram desobrigadas de realizarem exames de seleção, a não ser que o número de candidatos fossem superior ao de vagas. Os currículos ficaram flexíveis, com a introdução de disciplinas optativas, de modo que pudessem se adaptar às condições da produção de sua área imediata de influência. As escolas adquiriram personalidade jurídica própria, assim como autonomia didática,

administrativa, técnica e financeira. A administração superior de cada escola técnica passou a ser exercido por um Conselho composto de seis representantes da comunidade, escolhidos pelo Presidente da República a partir de listas elaboradas pelo Ministério da Educação. Ao invés de nomeação pelo Ministro, o diretor de cada escola passou a ser escolhido e nomeado pelo Presidente do Conselho. Este recebeu a importante incumbência de elaborar o orçamento da escola e fiscalizar sua aplicação, assim como a organização dos cursos.

Um aspecto intrigante da atuação da CBAI é a contradição entre seu propósito industrialista e a existência de um programa de educação feminina de caráter artesanal no âmbito do Departamento de Ensino Industrial do Ministério da Educação. Com efeito, em 1948 foi desenvolvida uma atividade coordenada pelo Departamento de Ensino Industrial para a implantação, nas quatro séries do curso básico industrial, em classes femininas, de um programa de corte e costura e de chapéus, flores e ornatos, em caráter experimental. A Comissão apoiou esse programa, inclusive mediante a divulgação de um vocabulário técnico ilustrado de corte e costura, elaborado por Nair Maria Becker, diretora da Escola Técnica Senador Ernesto Dornelles, de Porto Alegre.

Questões caras ao escolanovismo foram centrais na atividade da CBAI. A orientação educacional e a supervisão escolar estavam entre elas. Os cursos que abordavam esses temas tiveram docentes ou utilizavam material produzidos pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP e o Colégio Nova Friburgo, ambos da Fundação Getúlio Vargas, que exerceram decisiva influência na educação brasileira nos anos 50 e 60.

Foi possível perceber a preocupação em transformar os diretores das escolas industriais de uma posição de mando a uma posição de líder. Logo no primeiro editorial, dizia-se que o ideal era os diretores fossem levados a pensar, a analisar dados e soluções, a levantar problemas, a refazer pontos de vista, a obter informações sobre novas formas de trabalhar, a confrontar resultados, a rebater críticas e a dissipar dúvidas.

A dimensão técnica do escolanovismo esteve sempre presente na preocupação com as bibliotecas, para as quais a CBAI tinha um programa de suprimento de livros, um dos elementos fortes de sua atuação.¹⁰

As técnicas visuais foram muito incentivadas, a exemplo dos projetores de filmes 16 mm, que foram distribuídos às escolas industriais. Filmes norte-americanos foram legendados ou sonorizados em português; a projeção de slides, vulgarizada. O *Boletim* no. 1 do ano de 1951 dizia que já se dispunha de 71 filmes sobre trabalhos de oficina, 34 sobre tecnologia e 45 sobre assuntos de cultura geral. Sobre trabalhos em torno, especificamente, haviam sido distribuídos cinco filmes, todos sonorizados em português.

As mudanças nas políticas educacionais absorviam a atenção de boa parte dos editoriais, mormente as discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seus desdobramentos. Um deles, que foi bastante focalizado, era a defesa de propostas de reestruturação do ginásio, de modo que incorporasse no currículo disciplinas profissionalizantes. A idéia defendida era a de ligar o ensino ginásial com o mundo do trabalho, afastando-o do tradicional propósito propedêutico e enciclopédico.

O levantamento realizado por Elza Marie Petruceli Carayon (1987) mostrou que a primeira iniciativa de introduzir elementos vocacionais no currículo do ensino secundário partiu de dentro do próprio Ministério da Educação, em 1953, quando Armando Hildebrand assumiu a direção do Departamento do Ensino Secundário. Partiu dele a idéia de criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES.¹¹ Para atingir seu objetivo de ampliar o acesso ao ensino secundário, a campanha visava, principalmente, a qualificação acelerada de professores. A mudança do currículo do ensino secundário, no sentido de preparar o jovem para a vida e o trabalho, não só para o ensino superior, estava entre os objetivos da CADES e do DES, para o que se pretendia incluir atividades práticas como artes industriais, agricultura, comércio e economia doméstica. A respeito disso, já no discurso de posse, dizia o diretor do DES haver “(...) em nossa escola secundária urgente necessidade de levar os jovens, sobretudo adolescentes de 12 a 15 anos, a fazerem coisas. Os trabalhos manuais, como hoje são feitos, encontram pequena ou nenhuma receptividade por parte dos alunos, dos pais e das autoridades escolares em virtude da ingenuidade dos exercícios feitos e dos diferentes processos de ensino empregados nestas

¹⁰ Infelizmente, não foi possível quantificar essa atividade.

¹¹ Criada pelo decreto 34.638, de 17 de novembro de 1953.

atividades. São comuns cadernos de trabalhos manuais com as receitas dos trabalhos recebidos pelo aluno através do ditado. Impõe-se a criação de verdadeiras oficinas escolares nos estabelecimentos de ensino secundário. Oficinas com máquinas, ferramentas e material para confecção de trabalhos reais e de utilidade, trabalhos em metal, eletricidade, madeira, artes gráficas, atividades agrícolas e de criação nas pequenas comunidades do interior. Para as meninas, arte culinária, decoração de interior, economia doméstica, mas tudo de forma real e viva, aprendendo a fazer fazendo, em situações de realidade e, conseqüentemente, de forma significativa e de interesse para o aluno.” (Armando Hildebrand, apud Carayon, 1987, p. 36-37)

Embora esse projeto não tenha se efetivado, ele se manteve como uma orientação valorizada pelos educadores e, cada vez mais, no âmbito da própria administração educacional. Em 1957, Anísio Teixeira assumiu a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação. A partir dessa posição estratégica na burocracia educacional, ele elaborou um projeto de difusão da educação complementar, inspirado na experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador. O objetivo era propiciar a extensão da escolaridade obrigatória de mais duas séries, conciliando a educação geral com a preparação para o trabalho. O ponto de partida era o de que haveria um intervalo nocivo entre a idade em que o jovem terminaria a escola primária (idealmente com 10 ou 11 anos) e o começo do trabalho (legalmente permitido a partir dos 14 anos). Com mais duas séries, o ensino primário ajudaria a preencher esse hiato, para o que propiciaria a iniciação para o trabalho.¹²

Para efetivar o projeto da educação complementar, o INEP ofereceu, com a colaboração do Departamento do Ensino Industrial, cursos de artes industriais para a formação de professores no Rio de Janeiro, em Salvador e em São Paulo. Além disso, construiu algumas escolas-parque, conforme o modelo baiano e ajudou financeiramente os sistemas estaduais do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte, que promoveram a instalação das duas séries adicionais ao ensino primário.

O Plano de Educação Complementar, elaborado pelo INEP, previa a existência de instalações especiais de modo que os estabelecimentos de ensino pudessem oferecer, em

¹² Estava implícita nesse projeto o alvo de Anísio Teixeira, que era a extensão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, o que, para ele, deveria ser feita gradativamente, de acordo com as possibilidades concretas.

jornada escolar de sete ou oito horas, a iniciação em artes industriais, práticas comerciais, práticas agrícolas e a educação para o lar.¹³

Embora não dominante, a luta contra o analfabetismo compareceu nos editoriais, com apoio às campanhas do Ministério da Educação. Assim, já em 1948, dizia-se que “a alfabetização é a vitória do conhecimento. A vitória do conhecimento é a vitória do Brasil”. Concluía-se pela convocação de todos os leitores a participarem da campanha, como voluntários.

Nos últimos anos de sua existência, particularmente quando foi editado em Curitiba, o *Boletim* restringiu-se aos assuntos mais imediatamente ligados à atuação dos diretores e professores das escolas profissionais, abandonando os temas mais amplos.

5 – Diversificação

Se a atuação da CBAI junto à rede federal de ensino industrial foi bem sucedida, no que diz respeito à difusão da organização educacional, as limitações dessa rede (bem como a do SENAI, que a completava, do lado privado) foram evidenciadas ao início dos anos 50. Foi nessa época que a produção de bens de consumo durável foi acelerada, o que implicou a incorporação de crescentes contingentes de trabalhadores oriundos de pequenas cidades do interior e da zona rural, que careciam das condições técnicas e sociais para a produção taylorizada. Em consequência, a CBAI abriu nova frente de atuação. Sem abandonar a rede federal (o que não podia, já que as direções coincidiam), ela inaugurou, em 1952, um centro de operações em São Paulo, justamente no local de irradiação dessa nova onda industrialista, em articulação com a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, a que estava afeta a educação profissional.

Dessa sub-sede foi difundido o método TWI, uma pedagogia de formação de agentes de mestria e supervisores, no próprio local de trabalho, de modo que pudessem ensinar *corretamente* aos operários incorporados à fábrica. O método era composto de três etapas de 10 horas cada. Na primeira, ensinava-se como ensinar *o que e quando* deve ser feito na produção. Na segunda, ensinava-se a melhor maneira de se obter relações harmoniosas entre os operários e a administração da empresa, assim como a prevenir dissensões. Na terceira, ensinava-se a evitar os desperdícios de material e de esforço humano. Na difusão do TWI, o SENAI foi um eficiente vetor, já que não dava conta da preparação da força de trabalho pelo crescimento industrial dos anos 50 e mesmo dos anos 60.

¹³ Chamo a atenção para o fato de que são essas as mesmas áreas do ensino profissionalizante do segundo segmento do ensino de 1º grau da lei 5.692/71.

Para Celso Suckow da Fonseca, diretor da Escola Técnica Nacional (depois Centro Federal de Educação Tecnológica, que leva seu nome), beneficiário da primeira viagem aos EUA, essa digressão da CBAI deveria ser mais valorizada. Nas suas palavras:

“Uma das maiores contribuições que a CBAI trouxe à causa do progresso industrial de nosso país foi, sem dúvida, a introdução, em nosso meio, do método TWI. Embora não faça ele, de maneira formal, parte do ensino industrial tal como geralmente é este último encarado, concorre, entretanto, para a mesma finalidade, que é a de aumentar a produção industrial do país, motivo que permite situá-lo como problema paralelo àquela forma de educação.” (Fonseca, 1961, 1^o. vol., p. 572)

Além de vetor do método TWI, o SENAI foi beneficiado por um acordo específico, firmado em junho de 1952, pelo diretor do Departamento Nacional do SENAI, Joaquim Faria Góes Filho, que recebeu o status de representar, nesse ato, o Governo Brasileiro diante do Norte-Americano via Institute of Inter-American Affairs. O objetivo era equipar uma “escola de demonstração para acabamento têxtil”, na verdade, uma seção da Escola Técnica de Química e Têxtil, que o Departamento Nacional do SENAI mantinha no Rio de Janeiro, desde 1950. O lado norte-americano se comprometia a custear a viagem e a estada nos EUA de até seis brasileiros, para aperfeiçoamento, os quais, após o regresso, deveriam trabalhar no SENAI, assim como a compra de até 69 mil dólares de equipamento naquele país. Embora o acordo fosse assinado pelo diretor do SENAI,¹⁴ o Governo Brasileiro ficava obrigado a destinar até 3 milhões de cruzeiros para a compra, no Brasil, de equipamento para a escola, além de um milhão e meio de cruzeiros para obras civis.

Em suma, percebe-se um movimento que correspondeu ao deslocamento da CBAI desde a escola até a empresa, assim como do professor e diretor escolar para o agente de mestria, diretamente no chão da fábrica. No que concerne à pedagogia, isso correspondeu a um deslocamento do escolanovismo para o taylorismo.

6 – Hegemonia na educação

Foi possível identificar duas fases bem delimitadas no Boletim da CBAI: a primeira, corresponde à sede da entidade no Rio de Janeiro (1947/57) e a segunda, à da sede em Curitiba

¹⁴ A ambiguidade do SENAI no que diz respeito ao caráter público/privado da instituição foi destacado em Cunha (2000, cap. 2). No acordo em foco, nota-se que o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que era o Presidente do Conselho Nacional do SENAI, Euvaldo Lodi, firmou o acordo como interveniente, ao lado do Ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura.

(1958/61). Na primeira fase, predominaram os temas caros à escola nova, a exemplo da orientação educacional e vocacional, a preocupação pedagógica quanto ao processo de ensino e o apoio ao trabalho do professor, como a organização de bibliotecas e dicionários de termos técnicos ingleses- portugueses. Essa orientação tinha sua contrapartida na ênfase reiterada à articulação do ensino industrial com o mercado de trabalho. Na segunda fase, a escola nova foi substituída por um discurso de caráter religioso e piegas, que enfatizava, também, o patriotismo, justamente num momento em que as lutas sociais no país geravam radicalização política e ideológica.

A CBAI foi extinta em 1962. Nesse ano, o decreto 53.041, de 28 de novembro, baixado pelo presidente João Goulart, dizia “não haver conveniência na conservação do atual esquema administrativo para os serviços cooperativos” entre os EUA e o Brasil, mencionando, também, “a dificuldade prática para a imediata instituição dos programas da CBAI”. O acervo e os encargos da Comissão foram assumidos pelo Grupo Executivo do Ensino Industrial, criado pelo decreto 53.041/62.¹⁵ No entanto, com a extinção da CBAI, a assistência técnica norte-americana ao ensino industrial não acabou. Ela foi assumida pela United States Agency for International Development - USAID, que estabeleceu com o Ministério da Educação convênios ainda mais amplos.

Em maio de 1963 entrou em vigor convênio entre o MEC e a USAID, com cinco anos de prazo, que previa a contribuição de 608 mil dólares dessa agência, com objetivos similares aos da CBAI, como se vê nos seus objetivos:

“Assegurar anualmente o treinamento, em educação técnico-industrial, de 50 planejadores, coordenadores e dirigentes de alto gabarito e de cerca de 300 novos professores de educação técnico-industrial; elevar o nível de competência de aproximadamente 360 professores dentre os que estão ora em atividade em várias partes do Brasil; aperfeiçoar a capacidade de pelo menos 2.000 operários industriais; celebrar acordos com seis estabelecimentos industriais para programas de treinamento na indústria; elaborar aproximadamente seis livros de texto em Português e outros materiais didáticos para utilização em cursos de ensino técnico-industrial, e instituir um programa de supervisão regular a escolas oficiais técnico-industriais, com o fim de melhorar sua eficiência e de elevar o número de matrícula.” (MEC, 1968, p. 82)

¹⁵ O GEEI incorporou as atribuições do Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial (decreto 50.089/61) e adicionou as que seriam da CBAI: a formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente, técnico e administrativo para esse ramo de ensino, atuando diretamente ou mediante convênio com entidades públicas e privadas especializadas.

Outros projetos, firmados com secretarias de educação de quatro estados e com o SENAI, completam o quadro de expansão da atuação da USAID no âmbito da educação industrial, ainda no governo João Goulart.

Assim, não procede a suposição de que a extinção da CBAI teria sido o resultado de uma posição anti-americana do governo Goulart. (Monteiro, 1994) Ademais, durante seu mandato foi intensificado o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAAE. Parece razoável a hipótese de que a extinção da Comissão tenha sido previamente acertada com os norte-americanos, senão sugerida por eles.

Tudo somado, a CBAI e o PABAAE propiciam elementos relevantes para a reflexão sobre a hegemonia norte-americana na educação brasileira, assim como sobre os mecanismos pelos quais ela se exerceu. Neste sentido, evocamos nota escrita por um dos autores deste texto para a orelha do livro sobre aquele programa, que vai sumariada abaixo. (Cf Paiva e Paixão, 2002)

Ao contrário da onda de auto-comiseração que parece ter tomado conta de muitos analistas do momento atual, é preciso recusar a explicação simplista da presença norte-americana na educação brasileira, como se a imposição de fora tudo explicasse. Com efeito, o caso da CBAI mostra a receptividade e até a *busca* da orientação *americanista*. Tendo aqui chegado com legitimidade prévia, a assistência técnica dos EUA aumentou seu apoio e se consolidou pelo endosso de grupos internos do calibre dos educadores liberais liderados por Anísio Teixeira e dos quadros qualificados do próprio Ministério da Educação, a ponto de se tornar hegemônica. Se, no caso do ensino primário, a hegemonia foi conseguida às custas do descarte de posições que enfatizavam o lado social do processo educacional, consolidada após o golpe de 1964, na educação industrial, tal oponente sequer existiu.

O alcance da hegemonia conseguida pela CBAI pode ser percebida pelo esvaziamento do conteúdo propriamente profissional do ensino industrial no 1º. ciclo, ao mesmo tempo em que se introduzia conteúdo profissionalizante no ensino secundário. A conseqüente fusão dos ramos do 1º. ciclo do ensino médio foi o desdobramento mais durável dessa hegemonia, matéria essencial da lei 5.692/71. A reforma do ensino de 2º. grau, outro elemento dessa lei, teve no Departamento de Ensino Industrial seu aparato impulsionador, assim como os cursos técnicos industriais constituíram os modelos para o novo ensino médio profissional, embora a motivação fosse outra, derivada da reforma universitária, o que foi objeto de outros estudos. (Cunha, 2000).

A reforma do ensino de 1º. grau, em sua dimensão profissionalizante, fracassou nos anos 80, no contexto da transição da democracia, embora não se tenha revertido à situação anterior. Mas isso já é outra história.

Referências bibliográficas

Arapiraca, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira*, São Paulo, Cortez, 1982.

Boletim da CBAI, Rio de Janeiro, 1947/57; Curitiba, 1958/61; nos. 1 a 160.

Carayon, Elza Marie Petruceli. *A educação para o trabalho no ensino de 1º grau - em busca da sua gênese*, dissertação de mestrado em Educação, Rio de Janeiro, FGV/IESAE. 1987.

Cunha, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*, São Paulo, Cortez. 1981.

Cunha, Luiz Antônio. “A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas”, em *A Revolução de 30, Seminário Internacional*, Rio de Janeiro/Brasília, Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/Universidade de Brasília. 1983.

_____. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*, São Paulo/Brasília, Editora UNESP/Flacso-Brasil. 2000.

_____. “Robert Auguste Edmond Mange”, in Maria de Lourdes de Albuquerque Favero e Jader Medeiros Brito (orgs), *Dicionário de Educadores no Brasil*, Rio de Janeiro/Brasília, Editora da UFRJ/MEC-INEP. 2002.

De homens e máquinas - Roberto Mange e a formação profissional, São Paulo - Campinas, SENAI/SP - UNICAMP, 1991, 2 vols.

Fonseca, Celso Suckow de. *História do Ensino Industrial no Brasil*, Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional, 2 vols. 1961.

Horta, José Silvério Bahia . *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ. 1994.

Mange, Roberto. “Preparação do fator humano para a indústria”, *IDORT* (São Paulo) n^o 156, dezembro.1944.

Miceli, Paulo. *Além da fábrica - o projeto industrialista em São Paulo, 1928/1948*, São Paulo, SENAI-SP. 1992.

Ministério da Educação e Cultura. *Acordos, contratos, convênios*, Rio de Janeiro, MEC-Serviço de Documentação (separata). 1968.

Monteiro, Aloisio Jorge de Jesus . *A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) e a formação de professores: uma proposta de cooperação?* Niterói, 1994. Dissertação de Mestrado em Educação, UFF. 1994.

Nagle, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*, São Paulo/Rio de Janeiro, EPU/MEC- FENAME. 1976.

Paiva, Edil Vasconcelos de e Paixão, Léa Pinheiro. *A americanização do ensino elementar no Brasil*, Niterói, EdUFF. 2002.

Queluz, Gilson e Machado, Maria Lúcia Büher. “*Ao homem, a madeira e os metais. À mulher a família e os tecidos*” a profissionalização feminina durante a atuação da CBAI na *Escola Técnica de Curitiba (1946/1962)*, trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal. 2002.